Política Anual de Investimentos

2021

Conteúdo

1 Introdução....3
2 Objetivos....3
3 Da Gestão....4
3.1 Objetivo....4
3.2 Modelo....5
3.3 Dos Recursos Garantidores....5
3.4 Diretrizes....6
3.5 Acompanhamento / Relatórios....7
3.6 Gerenciamento de Riscos....8
4 Cenário Econômico....9
5 Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários....15
5.1 Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa....15
5.2 Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável....16
5.3 Faixas de Alocação: Exterior....17
6 Responsável pela Gestão de Recursos....17
7 Certificação do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários....18
8 Disposições Gerais....18

1 INTRODUÇÃO

Atendendo a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 (doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010"). **O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Vale do Sol** apresenta sua política de Investimentos para o ano de 2021, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência de Vale do Sol, **no dia 15 de outubro de 2020, Ata nº 75/2020**, conforme prescrito no no art. 5º da Resolução CMN n° 3.922/10.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e princípios contidos nesta Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

A construção da Política de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

2 OBJETIVOS

A Política de Investimentos do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VALE DO SOL, tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos constitui um instrumento que visa proporcionar melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, exterior) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno, os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos com especial ênfase no médio e longo prazos.

Ao aprovar a Política de Investimentos 2021, será possível identificar principalmente que:

- O Comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno projetado, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;

- Òrgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;

- O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações.

- O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392/2014, pela Resolução nº 4.604/2017 e posteriormente pela Resolução nº 4.695/2018, e na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

3 DA GESTÃO

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores, o Conselho Municipal de Previdência do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Vale do Sol** definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- Projeções do fluxo de caixa;
- Tendências e comportamento das taxas de juros;
- Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo;
- Níveis de exposição ao risco dos ativos;
- Boa governança e transparência nas decisões de alocação.

3.1 OBJETIVO

O objetivo de retorno da carteira de investimentos do **RPPS de Vale do Sol** é atingir e se possível superar a meta atuarial estabelecida para o ano de 2021 (6% + Índice de inflação), buscando a diversificação ideal, limites de posição dentro da diversificação permitida pela Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pelaResolução 4.392/2014, pela Resolução nº 4.604/2017 e posteriormente pela Resolução nº 4.695/2018. A alocação de recursos entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e imóveis tem o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o

grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

3.2 MODELO

De acordo com o art. 15° da Resolução CMN 3.922/2010, o **RPPS de Vale do Sol** adota:
I – gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;

3.3 DOS RECURSOS GARANTIDORES

Na escolha das Instituições Financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, deverão ser observados os critérios e limitações estabelecidos no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, bem como na Resolução CVM nº 3922/2010 alterada pela Resolução 4.392/2014, posteriormente pela Resolução nº 4.604/2017 e posteriormente pela Resolução 4.695/2018, dentre os quais

- Prévio credenciamento da Instituição escolhida para receber as aplicações tendo esta que ser atualizada a cada 6 meses;
- Regularidade fiscal e previdenciária da instituição escolhida para receber as aplicações;
- Regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários da entidade escolhida para prestação de serviços de consultorias financeiras;
- Elevado padrão ético, solidez patrimonial e ausência de restrições junto ao Banco Central do Brasil e/ou à Comissão de Valores Mobiliários que desaconselhem relacionamento seguro com a entidade;
- Compatibilidade entre volume de recursos administrados, patrimônio e capacidade técnica da entidade;
- Desempenho positivo na atividade de administração de recursos de terceiros notadamente reconhecido pelo mercado;
- Análise do histórico, experiência, volume de recursos e qualificação técnica do gestor, administrador e controladores na gestão de recursos de RPPS;
- Verificação da existência de segregação de atividades (*Chinese Wall*) entre controlador e administradora de recursos de terceiros;
- Compatibilidade com obrigações presentes e futuras do regime atestadas pelo representante legal do RPPS em caso de aplicações em fundos que apresentem prazos dilatados de carência e/ou cotização e prazos de desinvestimentos;
- Experiência na Gestão de Previdência Pública;
- Seja condicionado mediante termo específico que o pagamento de taxa de *performance* tenha: periodicidade semestral ou efetuada no

ato do resgate, que seja apurada após a dedução das despesas do fundo, inclusive da taxa de administração (art. 3º, inciso VII, c, da Portaria 519/2011) que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimentos do fundo e que a aplicação supere o índice de referência;

3.4 DAS DIRETRIZES

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas periodicamente pelos responsáveis pela gestão dos recursos do **RPPS de Vale do Sol.**

No que diz respeito à estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimento e formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR), deverá ser observada a disciplina contida nos arts. 3º-A e 3º-B da Portaria MPS nº 519/2011.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

a) os valores das aplicações de recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional, integrantes da carteira própria do RPPS, deverão ser marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração adequadas com os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro, de forma a refletir o seu valor real, e as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários;

b) considera-se distinta a escrituração contábil que permita a diferenciação entre o patrimônio do RPPS e o patrimônio do ente federativo, possibilitando a elaboração de demonstrativos contábeis específicos, mesmo que a unidade gestora não possua personalidade jurídica própria;

c) os valores aplicados em cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, desde que comprovada a aderência às obrigações do passivo do RPPS e que os respectivos regulamentos atendam cumulativamente aos seguintes parâmetros:

- as carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
- existência de previsão de que as carteiras dos fundos de investimento sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
- estabelecimento de prazos de desinvestimento ou para conversão de cotas compatíveis com o vencimento das séries dos títulos integrantes de suas carteiras; e

- inexistência, na política de investimento do fundo de investimento, de previsão de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado.

d) Os recursos garantidores das reservas técnicas do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Vale do Sol** serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

e) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez;

f) A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo *benchmark* além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares (categoria e classe de ativos);

g) Serão tratados de forma diferenciada os investimentos realizados em Fundos de Investimentos Fechados e ativos que possuam carência ou qualquer tipo de mecanismo que não permita o resgate dos recursos e crédito desses em conta corrente em prazo superior a 5 dias. Sendo que alocações nesses produtos deverão ser comunicadas ao Conselho Municipal de Previdência de forma tempestiva e se possível antes da referida aplicação;

h) As aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhados do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR).

3.5 ACOMPANHAMENTO/RELATÓRIOS

Além das informações com divulgação obrigatória, disciplinada pela Portaria MPS 519/2011 e atualizada pela Portaria MPS 440/2013, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- Disponibilizar no sitio eletrônico da Prefeitura Municipal de Vale do Sol ou por meio físico a íntegra desta Política de Investimentos, bem como quaisquer alterações que vierem a ser efetuadas;
- Mensalmente disponibilizar no sitio eletrônico da Prefeitura Municipal de Vale do Sol, ou por meio físico um relatório e/ou planilha sintética que permite ao ente e aos servidores municipais de Vale do Sol acompanhar a distribuição da carteira por instituição;
- Semestralmente enviar o relatório de gestão aos Conselho Municipal de Previdência de Vale do Sol, que evidencie detalhadamente a carteira de investimentos.

3.6 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar. Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- **Risco de crédito dos ativos:** definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;
- **Risco sistêmico ou conjuntural:** decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional – SFN;
- **Risco próprio:** consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- **Risco de mercado:** decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*;
- **Risco de liquidez:** pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- **Risco de contraparte:** também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- **Risco legal:** pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (*Value-at-Risk* – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do **RPPS de Vale do Sol** pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do **RPPS de Vale do Sol.**

4 CENÁRIO ECONÔMICO

O mundo está cada dia mais sensível. Há vários fatores interferindo ao mesmo tempo: guerra cambial, crise argentina, inversão de curva de juros nos Estados Unidos, e isto torna o cenário econômico global cada vez mais instável. O que não falta é volatilidade e motivos para ficar atentos, impactando o cenário econômico global. Nesses momentos, é importante lembrar que a moeda brasileira é sensível às condições sistêmicas, globais e nacionais. Quando as coisa vão mal, ela paga muito mal.

A política Monetária nos EUA:

A guerra comercial entre os EUA e a China não dão trégua. Cada dia temos um novo capítulo. Por mais que, por vezes, acompanhamos notícias positivas como o adiantamento da imposição de tarifas por parte de Trump, já no dia seguinte vemos um balde de água fria com os dados de ritmo de atividade chinesa reduzidos a níveis que não eram vistos há mais de 15 anos. A curva de juros norte-americana está, novamente, com inclinação negativa com o rendimento (yield) do título longo de 30 anos (T-bond) aproximando-se da mínima histórica. Sempre que os juros estão negativamente inclinados, um sinal de alerta é ligado. Agora a diferença (spred) entre os juros de 10 anos dos EUA e os contratos de três meses está no campo negativo. Ou seja, os juros curtos de três meses estão maiores do que os de 10 anos. Tal conjunto sugere uma disfuncionalidade monetária, que ainda coincidem historicamente com quedas acentuadas dos principais índices acionários norte-americanos- vide S&P 500 e Nasdaq. O principal fator a ser monitorado é que quando ocorre esta inversão, pode ser uma sinalização de risco de recessão da economia dos EUA. A atenção não é à toa, essa inversão da curva ocorreu antes de todas as recessões dos últimos 50 anos. E para vários economistas, uma inversão agora pode ser sinal de crise daqui um ano. A grande questão para o cenário econômico global é se este sinal visto como tão alarmante significará uma recessão, crise mesmo ou se teremos apenas um pouso suave com economia mais fragilizada sem conseguir crescer com a mesma pujança que vimos nos últimos 10 anos. O cenário de "apenas" uma desaceleração, sem dúvidas, é o melhor e o mais esperado. Outro questionamento que se tornará mais frequente, é o quanto os estímulos monetários oferecidos pelos bancos centrais serão capazes de reverter a atual situação, já temos taxas de juros negativas e anúncio de novas rodadas de incentivos. Mas será que deverão ocorrer apenas para não decepcionar os mercados que ficavam viciados nesta liquidez ou realmente sentiremos os efeitos na economia? Por ora, temos um consenso de que o fed (banco central americano) e os demais BCs devem continuar o que vem prometendo (ou sendo pressionados a fazer) em seus discursos. Mas no final, o que vemos é a busca dos investidores internacionais por segurança. Seja com dinheiro em caixa e bem seguro sob o seu controle, seja em direção a moedas fortes, além do dólar, entram o franco suíço e iene. Claro o ouro também é o refúgio de última instância- ainda que o momento seja de atenção e não pânico, permanece a cautela.

EUROPA:

O Banco Central Europeu (BCE) divulgou projeções atualizadas para a economia da zona do euro, revisando para cima a expectativa de inflação em 2021, mas mantendo estáveis as projeções para 2020 e 2022. De acordo com o relatório, o índice harmonizado de preços ao consumidor (HICP, a medida de inflação preferida pelo BCE) ficará em 0,3% em 2020 e subirá para 1,0% em 2021 e para 1,3% em 2022. A presidente do BCE, Christine Lagarde, ressaltou, porém, que o dado estável de 2022 mascara uma elevação da expectativa para o núcleo dos preços (que excluem alimentos e energia), compensando uma redução da expectativa para os preços de energia. A recuperação dos preços do petróleo foi mais rápida do que o esperado e ajudou a manter a leitura estável para 2020, compensando uma queda dos preços de alimentos, conforme as cadeias de suprimentos são restauradas. As projeções para os preços de energia também subiram para 2021, mas caíram para 2022, com o BCE esperando um achatamento dos preços no longo prazo. O relatório diz que os dados de alta frequência continuam indicando uma recuperação da economia, mas a projeção é de que a recuperação a níveis pré-crise leve anos para ser concluída. Até o fim do período de projeções, no fim de 2022, a expectativa é de que o Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro esteja 3,5% abaixo da projeção do relatório de dezembro do ano passado, que indicaria a trajetória da economia sem os efeitos da pandemia. O BCE baseia as suas projeções na expectativa de que o impacto das medidas de contenção da pandemia diminuirá lentamente, as incertezas serão gradativamente reduzidas e a demanda externa se recuperará. As projeções partem do pressuposto também de que as políticas fiscais continuarão dando suporte à economia. Mas a recuperação continuará dependendo do sucesso na contenção da pandemia.

CHINA:

O cenário básico do FMI tem como hipótese fundamental que o convívio com o vírus, após os países normalizarem a atividade econômica, não será muito deletério ao funcionamento da economia. Trata-se de um cenário relativamente otimista.Para avaliarmos se o cenário básico do FMI está se materializando, o melhor que podemos fazer é acompanhar a **recuperação da China** no segundo trimestre. Com os dados do varejo, da indústria e da evolução do crédito e do endividamento, todos para o mês de abril, nossas estimativas para o crescimento chinês no segundo trimestre, que no boletim anterior rodavam a 5,1% ante o mesmo período de 2019, foram revisadas para 3-3,5%. Trata-se de uma piora substantiva, provocada muito pelos dados de comércio internacional de abril. Porém, no meu entender, não altera o cenário: a normalização da economia pós-flexibilização da política mais extrema de distanciamento social promove uma recuperação em 'V' da atividade. Basta lembrarmos que, no primeiro trimestre, a China rodou 6,8% abaixo do mesmo período de 2019. Portanto, com os dados divulgados entre o atual boletim e a edição anterior, continuamos a apostar que o desenho mais geral do cenário básico do FMI continua de pé. Os números exatos não sabemos, mas, com o que temos até o momento, há, sim, normalização após a saída da

supressão da atividade econômica. A mão pesada do governo de Xi Jinping ajudou a controlar o coronavírus e a recomeçar primeiro a retomada. O mundo pós-pandemia será definitivamente chinês?Em Weihai, cidade de quase 3 milhões de habitantes no extremo leste da **China** e à beira do Mar Amarelo, está instalada a **SNBC**, empresa que resume de muitas maneiras as atuais obsessões do país. A companhia fabricava caixas eletrônicos num país que, nos últimos anos, trocou o papel-moeda pelas carteiras virtuais dos smartphones. Isso obrigou a SNBC, que fatura 380 milhões de dólares por ano, a especializar-se na produção de armários automatizados para delivery em condomínios residenciais e edifícios corporativos (em 2019, foram entregues 60 bilhões de encomendas na China, país com o maior e-commerce do mundo). Os compartimentos são acionados por código QR tanto por quem entrega o pacote quanto por quem o recebe. Mas o que impressiona no imenso complexo da SNBC, formado por seis edifícios modernos, é o número modestíssimo de funcionários. No final de outubro do ano passado, a reportagem da EXAME visitou a fábrica da SNBC, cuja principal linha de produção tem 126 metros de extensão e apenas seis pessoas por turno na operação de máquinas que dobram, perfuram e cortam a laser chapas de metal. Há cerca de 100 robôs e máquinas automatizadas para produzir os armários da empresa. Para a maioria dos 80 humanos que trabalham nesse setor, restam tarefas como o manuseio de matéria-prima e a logística do chão de fábrica. Num país de 1,4 bilhão de pessoas que costuma ficar lotado onde quer que se vá, estar num lugar com tantos espaços vazios causa estranheza.

JAPÃO:

Segundo previsão da OCDE, a contração da economia japonesa continuará até 2021 se o país for afetado por uma segunda onda do vírus. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE prevê que a contração da economia do Japão continuará até o próximo ano se o país for afetado por uma segunda onda do novo coronavírus. A perspectiva econômica global da OCDE apresenta dois cenários – um em que o vírus é controlado, e um outro envolvendo uma segunda onda neste ano. A organização diz que os cenários são igualmente prováveis.O panorama diz que se o vírus for mantido sob controle, a economia global encolherá 6% neste ano e crescerá 5,2% no próximo. A economia do Japão contrairia 6% neste ano e cresceria 2,1% no ano que vem. A OCDE diz que se uma segunda onda do coronavírus chegar, os números para a economia global seriam de -7,6% neste ano e 2,8% no próximo. Os números do Japão seriam de -7,3% neste ano e – 0,5% em 2021. Segundo a organização, o potencial crescimento do Japão estava muito fraco para começar, e poderia ser prejudicado ainda mais por uma segunda onda. Ela acrescenta que os efeitos dos significativos pacotes de suporte fiscal e econômico vão desaparecer no próximo ano. A OCDE conclui que nenhum país poderia esperar uma recuperação econômica robusta sob qualquer um dos cenários. Ela pede por medidas de suporte focadas naqueles que sofrerão com o impacto de longo termo do vírus.Outro tema é sabermos qual será o balanço entre oferta e demanda que vigorará no mundo pós Covid-19. Será mais inflacionário do que o atual? Há grande preocupação com o enorme endividamento que ocorrerá em todas as economias. Por outro lado, há evidências de que grandes choques como o atual, que cortam a renda de parte considerável da população, acabam por produzir comportamento mais cauteloso da população, elevando, portanto, a taxa de poupança. Finalmente, há tendências de muito longo prazo, como o envelhecimento das populações das economias centrais, que devem, em algum horizonte à

frente, gerar queda de poupança.Segundo a melhor evidência que temos, cada 10 pontos percentuais na dívida pública das economias centrais adiciona 0,35 ponto percentual no juro neutro internacional. Assim, pelo aumento endividamento, devemos esperar uma subida em 0,5-0,75pp no custo internacional de capital.Por outro lado, 2021 deve ser ano de forte consolidação fiscal nas economias centrais. Adicionalmente, deve haver, em função da poupança por precaução, algum processo de redução do consumo das famílias. Elas sairão mais pobres da crise e terão passado por muita incerteza e, em muitos casos, por desemprego. As empresas, por sua vez, sairão da crise mais endividadas. Podemos esperar um período de dificuldades até a retomada do investimento. As empresas estarão em processo de redução das suas dívidas. Assim, em uma primeira avaliação, não parece que nos primeiros anos em seguida à pandemia haverá subida do custo internacional do capital.

O CENÁRIO LOCAL:

No Brasil, O Boletim Focus, do Banco Central, atualizou a previsão de queda no Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas do país) para 6,48%, em 2020, em consequência dos impactos financeiros do novo coronavírus. Um cenário mais pessimista do que o da semana passada, quando o tombo previsto era de 6,25%. Chamou a atenção, no entanto, a previsão de alta de até 3,50% em 2021. Esse número positivo divide economistas. Para alguns, revela um otimismo excessivo. Para outros, se trata apenas de crescimento medíocre, estimado a partir de uma base deprimida deste ano. A economista e consultora econômica Zeina Latif disse que as projeções do Focus, que refletem a mediana das apostas de analistas de instituições financeiras, ultrapassaram suas expectativas. ;Não que seja impossível um avanço de 3,5%. Mas acho a previsão muito otimista;, afirmou. Para chegar a esse patamar, nos cálculos de Zeina, o Brasil precisaria registrar bom desempenho em 2021. ;Se nada acontecer, quer dizer, se ao longo do ano que vem o PIB ficar estável, a gente fecha com alta. Significa que, para chegar a esses 3,5% do mercado, o país tem que crescer 1,3%, em média, nos quatro trimestres. Muito difícil, diante da atual conjuntura;, assinalou Zeina. Ela lembrou que a economia brasileira já vinha de um quadro de fragilidade. E uma crise como essa vai impactar o potencial de crescimento de longo prazo. ;As empresas passarão por muitas dificuldades financeiras, algumas quebrarão, e a inadimplência tende a se elevar. Todos esses diferimentos (adiamentos de cobrança tributos, que, em abril representaram R$ 3,5 bilhões, segundo o Tesouro Nacional) de impostos uma hora terão que ser pagos. A situação fiscal é preocupante ; talvez o Banco Central acabe elevando os juros antes do que a gente imagina. Então, eu acho 3,5% no ano que vem muito otimista;, reforçou Zeina. A revisão de queda de quase 6,5% ao ano, em 2020, na análise de Zeina Latif, aconteceu em função da divulgação do PIB do primeiro trimestre ;o recuo de 1,5% surpreendeu o mercado, que esperava retração maior. ;Mas o que essa queda embute é um tombo de 10% ou 11% no segundo trimestre, em relação ao primeiro, com ajuste sazonal, e em seguida recuperação importante, mas ainda lenta da economia;, destacou a consultora econômica. ;Sobre a capacidade de reação dos setores da economia, o principal ponto é a confiança de que o governo vai continuar fazendo a coisa certa, que é recuperar o nível de austeridade fiscal, ainda que tenha esses gastos adicionais com o setor de saúde, de combate à covid-19;, detalhou Agostini. Concluído o dever de

casa, ele prevê que os investimentos aumentarão e os bancos voltarão a dar crédito. ;É claro que a equipe econômica precisa dar sinais que manterá os esforços para o equilíbrio fiscal. Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional, concorda que, após a forte queda esse ano, se vencido o problema sanitário, a perspectiva é de que a estrutura que ficou mais ociosa volte à carga e isso se traduza em crescimento expressivo sobre a base comprimida. ;Os números certamente se baseiam em premissas razoáveis, mas o problema é que ainda há um grau de incerteza em ralação à covid-19;, disse. ;A reação dos setores vai depender de uma estabilização das atividades e do quanto à estrutura produtiva (empresas e empregos) conseguirem ser preservados nesta crise. Há muitos setores com perdas críticas;, reforçou. Embora estejamos aqui focando no próximo ano, um fator do atual momento fará muita diferença para o(s) próximo(s): a eleição nos EUA. Isso acontece porque duas plataformas bastante distintas entre si estão em disputa: o nacionalismo de Trump vs o globalismo de Biden. Os destinos eleitorais na maior economia do mundo impactam o resto do mundo diretamente. Isso já acontece em tempos regulares, mas agora isso torna-se ainda mais intenso, com efeitos notáveis sobretudo aos países emergentes como o Brasil.A reeleição de Trump significaria uma continuidade das medidas que vão em direção do famigerado *America First* e, dentre outros pontos, isso significa que tensões comerciais com a China devem seguir adiante e os caminhos para relações internacionais mais diretas entre países – e não tanto em blocos de países – devem se intensificar. Já a vitória de Biden acarretaria um retorno do pêndulo do mundo para o lado da globalização, aliviando tensões internacionais em prol de um comércio mais amplo mundialmente. Neste cenário, ganham os países emergentes, por passarem a ter uma nova janela temporal de investimentos que antes concentrar-se-iam justamente onde houvesse maior foco nacional – nos EUA, por exemplo. Qualquer que seja o caso nas eleições norte-americanas não podemos nos esquecer que a China já corre por fora para ampliar sua presença. Esse movimento que começou logo no início do segundo trimestre aumenta a cada dia. Como economia que há décadas cresce ininterruptamente e caminha nos próximos anos para se posicionar como a maior do mundo, o gigante asiático não quer depender tanto dos rumos no Tio Sam. Nossa política aqui influencia? Sim, mas com maior relação ao item anterior (das reformas) do que sobre o resto do mundo. Ajeitar a casa por aqui fará muita diferença – porque quem se mostrar como boa oportunidade de negócios irá receber os mais vultosos fluxos financeiros. Tal qual passada a aprovação da reforma previdenciária na Câmara em 2019 e o famigerado questionamento sobre "o que vem no pós-previdência", o foco está cada vez mais direcionado para o que vem no pós-pandemia. Tendo em vista que se trata de uma questão sanitária, esse aspecto será primordial para equalização de tudo. O ano de 2020 ainda reserva muitas emoções, isso é sabido. Mas tenham em mente desde já: pode ser que 2021 seja mais calmo, mas certamente será um ano estratégico em todo o mundo.

Taxa de juros:

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2020. O Relatório de Mercado Focus trouxe que a mediana das previsões para a Selic neste ano seguiu em 2,00% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. Já a projeção para a Selic no fim de 2021 caiu de 2,88% ao ano para 2,50% ano, ante 2,75% de quatro semanas atrás. No caso de 2022, a projeção seguiu em

4,50% ao ano, ante 4,75% de um mês antes. Para 2023, passou de 5,75% para 5,50%, ante 6,00% de quatro semanas atrás. No início de agosto, ao cortar a Selic de 2,25% para 2,00% ao ano, o colegiado informou que "a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que, devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno". Em função disso, conforme o BC, "eventuais ajustes futuros no atual grau de estímulo ocorreriam com gradualismo adicional e dependerão da percepção sobre a trajetória fiscal, assim como de novas informações que alterem a atual avaliação do Copom sobre a inflação prospectiva. "No grupo dos analistas que mais acertam as projeções de médio prazo no Focus ((Top 5), a mediana da taxa básica em 2020 foi de 1,88% para 2,00% ao ano, ante 1,88% de um mês antes. No caso de 2021, permaneceu em 2,00% ao ano, igual a quatro semanas atrás.

Câmbio:

Apesar do ainda elevado grau de riscos e alta volatilidade, o dólar deve ter uma trajetória de queda até o fim de 2021, segundo estimativas feitas pela **equipe da XP Research** em relatório. Para os analistas, a moeda americana deve encerrar este ano na casa de R$ 5,20, enquanto em 2021 o cenário deve levar a divisa para R$ 4,90, ante previsões anteriores de R$ 5,50 para o fechamento dos dois anos. No primeiro semestre deste ano, o **real registrou o pior desempenho do mundo** entre as principais moedas."Nos últimos três meses, observamos um grau de volatilidade sobre a nossa moeda em patamar historicamente alto, fazendo questionar se o nosso câmbio está 'descolado' dos fundamentos da economia", afirma a XP.Segundo os analistas, condições financeiras atípicas ajudam a explicar altas de R$ 0,50 do dólar em apenas uma semana, mas eles ressaltam que a depreciação da moeda brasileira já era verificada desde 2019, com o acirramento da guerra comercial entre China e Estados Unidos, ganhando mais força com os efeitos da pandemia.E apesar do dólar chegar a quase R$ 6,00 nos últimos meses, a XP Research reforça que este foi apenas o recorde nominal da moeda, sendo que na avaliação corrigida pela inflação brasileira e americana, a divisa não chegou aos níveis vistos durante as eleições de 2002. Não foi só o real que se desvalorizou, a questão de desvalorização da moeda não aconteceu apenas no Brasil. O dólar registrou alta contra praticamente todas as principais divisas do mundo. Isso é representado pelo Dollar Index (DXY), um índice que mostra a variação do dólar contra uma cesta de seis grandes moedas globais: Euro, Iene, Libra, Dólar Canadense, Coroa Sueca e Franco Suíço. Dada a relevância das commodities neste índice e mesmo com toda a crise imposta pelo coronavírus, observa-se um nível de 'Termos de Troca' ao final do segundo trimestre próximo à média historicamente observada, o que traz implicações relativamente benignas e factíveis com o cenário de apreciação do real, explicam os analistas. A expectativa de retomada da atividade econômica global e consequentemente da elevação da demanda por petróleo impõe viés de apreciação para a nossa taxa de câmbio, dizem os analistas. Um ponto importante para o câmbio é a diferença de juros, que afeta o chamado carry trade, operação feita por investidores para ganhar com este diferencial das taxas dos países desenvolvidos e emergentes.

5. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

5.1Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa

Tabela 1

RENDA FIXA	Posição Atual Carteira (R$)	Posição Atual Carteira (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Títulos Públicos de emissão do TN- Art. 7º I, a			100	0,00	0,00	0,00
FI 100% títulos do TN – art. 7º, I, b	**30.193.802,11**	**72,39**	100	0,00	60,00	100,00
ETF – 100% Títulos Públicos – Art.7º, I, c			100	0,00	2,00	20,00
Operações Compromissadas -Art. 7º, II			5	0,00	0,00	0,00
FI Renda Fixa "Referenciados" - Art. 7º, III a	**5.842.219,57**	**14,01**	60	0,00	10,00	60,00
ETF- Renda Fixa "Referenciados"- Art. 7º, III, b			60	0,00	1,00	10,00
FI Renda Fixa –Geral – art. 7º, IV ,a	**1.909.086,61**	**4,58**	40	0,00	5,00	40,00
ETF- Demais indicadores de RF- Art. 7º, IV, b			40	0,00	0,50	10,00

RENDA FIXA	Posição Atual Carteira (R$)	Posição Atual Carteira (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Letras Imobiliárias Garantidas, Art. 7º, V, b			20	0,00	0,00	0,00
CDB- Certificado de Depósito Bancário – Art.7º, VI, a			15	0,00	0,00	5,00
Poupança-Art. 7º,VI, b			15	0,00	0,00	0,00
FI em Direitos Creditórios- Cota Senior- Art., 7º, VII, a			5	0,00	1,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, b			5	0,00	1,50	5,00
FI Debêntures de Infraestrutura- Art. 7º, VII, c			5	0,00	0,00	0,00

5.2Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável

Tabela 2

RENDA VARIÁVEL	Posição Atual Carteira (R$)	Posição Atual Carteira (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
FI de Ações- índices c/no mínimo 50 ações- Art.8º, I, a			30	0,00	2,00	10,00
ETF- Índice de Ações (c/no mínimo 50) – Art. 8º, I, b			30	0,00	2,00	10,00
FI em Ações – Geral, art. 8º, II a	**2.625.467,19**	**6,29**	20	0,00	7,50	20,00
ETF- Demais Índices de Ações- Art.8º, II, b			20	0,00	1,00	5,00
FI Multimercado aberto – Art. 8º, III	**1.139.581,45**	**2,73**	10	0,00	5,00	10,00

RENDA VARIÁVEL	Posição Atual Carteira (R$)	Posição Atual Carteira (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
FI em Participações - Art. 8º, IV,a			5	0,00	0,00	5,00
FI Imobiliário – art. 8º, IV,b			5	0,00	0,50	5,00
FI Ações – Mercado de Acesso- Art.8º, IV, c			5	0,00	0,00	0,00

5.3Faixas de Alocação: Segmento Exterior
Tabela 3

EXTERIOR	Posição Atual Carteira (R$)	Posição Atual Carteira (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
FI Renda Fixa- Dívida Externa-Art. 9º - A, I			10	0,00	0,00	0,00
FI Investimentos no Exterior- Art.9º-A, II				0,00	0,50	5,00
FI Ações BDR- Nível I- Art. 9º-A, III				0,00	0,50	2,00

6.RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RECURSOS (*)

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS INVESTIMENTOS			
Segmento	**Nome**	**CPF**	**Cargo**
Renda Fixa	Denir Henrique	549.848.310.49	Agente Administrativo
Renda Variável			
Exterior			

7. CERTIFICAÇÃO DO COMITÊ

Em atendimento ao disposto nas Portarias MPS nº 155/2008, nº 345/2009, nº 519/2011; nº 170/2012 e nº 440/2013 o RPPS mantêm Comitê de Investimentos, participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, preenchendo todos os requisitos quanto a estrutura, composição e funcionamento do Comitê, estabelecida em ato normativo pelo ente federativo, e atendendo a exigência da certificação de que trata o art. 2º da Portaria nº 440 de 11 de outubro de 2013, para a maioria dos seus membros, aprovados em exame de certificação organizada por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, a Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS.

8.DISPOSIÇÕES GERAIS

A política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.
A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva. Além disso, o Gestor do RPPS deverá disponibilizar a seus segurados e pensionistas, conforme Portaria MPS nº 519/2011, e alterações:

- a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

Esta Política de Investimentos para o exercício de 2021 foi aprovada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Municipal de Previdência do Município de Vale do Sol, em reunião realizada no dia 15 de outubro de 2020.

Vale do Sol, 15 de outubro de 2020.

Denir Henrique
Membro do Comitê de Investimentos do Fundo e Gestora

Milton José Erath
Membro do Comitê de Investimentos do Fundo

Roselaine Pereira Santa Catharina
Membro do Comitê de Investimentos do Fundo

Lenio Augusto Trevisan
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

Mariete Rachor
Membro do Conselho Municipal de Previdência

Graciela Pacheco
Membro do Conselho Municipal de Previdência

Maiara Anger
Membro do Conselho Municipal de Previdência

Rosemeri Marilu Weiland
Membro do Conselho Municipal de Previdência

Renato Brixner
Membro do Conselho Municipal de Previdência